

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO

AUTOR: ELIENE REGINA DOS REIS TEIXEIRA VULCÃO

Um dos principais temas em discussão na atualidade, no que se refere à educação e ao acesso a ela, envolvem a palavra “**inclusão**” e as pessoas com necessidades especiais. Esse tema tem levantado vários questionamentos e inquietações sobre a sua realidade na prática, principalmente no que se refere às competências inerentes às escolas no trabalho com essas pessoas incluídas na educação regular, e conseqüentemente, a inserção desses indivíduos com deficiências no âmbito social. De acordo com a constituição federal de 1988, no Art, 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Alguns anos se passaram desde os primeiros documentos sobre o tema começaram a ser debatidos no congresso nacional, os quais viraram leis que garantem o direito à educação a todos os brasileiros e que também garantem a acessibilidade a salas regulares de ensino às pessoas com deficiências e Necessidades Educacionais Especiais. A realidade da escola Inclusiva está sendo vivenciada gradativamente, No Brasil, vários são os documentos legislativos e administrativos que validam esses direitos, dentre eles, um dos principais é a Declaração de Salamanca (apud Brasil, 1994), a qual tem como princípios:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser definidos e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas que proveem uma educação efetiva à maioria das crianças aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Tendo como base essa declaração, fica evidente que todos os sujeitos, independente a sua condição social, etnia ou qualquer outro tipo de diversidade, tem direito à educação. O direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional.

Porém, inclusão propriamente dita, não consiste apenas em matricular o aluno e inserir o mesmo dentro de uma sala de aula regulares, ela depende de vários outros fatores que colaboram entre si para que haja a garantia de uma educação de qualidade para todos, se faz necessário a realização de buscas de alternativas por parte do poder público e da escola que garantam não somente a aceitação, mas também a valorização das diferenças. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educacionais especiais incluindo os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O grande número de procura por vagas nas escolas regulares comuns para alunos com autismo, tem aumentado significativamente nos últimos anos, o que tem preocupa muitos profissionais que atuam na área, em geral, os professores das salas regulares, justamente por muitos acreditarem não estar devidamente preparados, principalmente pelo fato de que o autismo pode ocorrer de diversas maneiras, as características variam de acordo com os níveis que o transtorno pode se manifestar. Uma pessoa autista pode apresentar características que comprometem suas relações afetivas, desenvolvimento motor, comunicação oral, estereotipias, entre outras. Atualmente, as características da pessoa com TEA estão relacionadas a prejuízos na interação social e comunicação, daí a importância desses alunos estarem incluídos, frequentando um espaço diversificado que estimule essa interação com outras pessoas, essa relação pode contribuir para avanços significativos para ambos os lados.

Dessa maneira, reafirma-se a importância de acontecer o processo de inclusão desde a infância, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil: [...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (DUTRA et al., 2008, p. 16). Sabendo da grande relevância desse processo para as pessoas com deficiências e da realidade educacional brasileira, vale ressaltar que, além do envolvimento das escolas e comunidade, é necessário que seja dada a elas condições necessárias e adequadas à sua disposição para atender as necessidades e garantir o acesso e permanência desses alunos.

Diante disso, o presente estudo de caso busca enfatizar a educação inclusiva, as situações de estímulo à aprendizagem e as possíveis problemáticas vivenciadas por alunos com necessidades educacionais especiais, no contexto social da escola. Tem como objeto de estudo e observação uma escola periférica situada na cidade de Belém do Pará, a qual se prepara para receber no próximo ano letivo, 10 alunos com transtorno do aspecto autista, sendo 6 meninos e 4 meninas. O objetivo deste estudo de caso é observar de que forma a escola se organizou pedagogicamente para que esses alunos sejam recebidos de maneira a se sentirem acolhidos e com seu direito de aprendizagem garantidos nesta instituição de ensino. Para a elaboração do trabalho segundo os objetivos, o delineamento metodológico teve como suporte a utilização de bibliografias sobre o assunto, tendo como parte prática a pesquisa de campo, realizada junto a Unidade Escolar de Ensino Médio Regular, denominada, Professora Osmarina do Socorro Nunes. Durante a pesquisa de campo, primeiramente foi realizada uma visita no espaço para realização de uma conversa com a diretora da instituição afim de conhecer a realidade vivenciada, a clientela da escola que necessitam de uma educação especial e sobre a política de inclusão utilizada por esta instituição de ensino.

Em seguida às informações colhidas, foram elaborados questionários direcionados à direção, equipe técnica especializada e professores da escola, os

quais buscam colher dados sobre como a escola realiza seus métodos e técnicas pedagógicas que favoreçam o processo de aprendizagem de todos seus alunos, de que forma a escola e os professores desempenham seu papel de ensino atendendo, indiscriminadamente, a diversidade. Cientes da importância indissociável da família no envolvimento educacional para um melhor rendimento dos alunos de forma geral, faz-se necessário, também observar e investigar, a relação entre escola e família nesse processo de inclusão. Sobre esse aspecto arruda afirma que, A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais... (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16)

Durante a entrevista realizada com a diretora da escola, a mesma afirmou que efetuou a procura por matrícula desses alunos para o início do próximo ano letivo sabendo que é direito de ambos frequentarem a escola regular e assim o fez, mas confessou estar um pouco preocupada pelo fato de nunca antes ter recebido ao mesmo tempo tantos alunos com necessidades especiais ao mesmo tempo e com TEA, apesar de ambos serem nível 1 e terem características comportamentais semelhantes, todos tem suas individualidades e necessidades particulares de ensino. Afirmou também, que juntamente com a matrícula dos alunos, recebeu as fichas individuais de cada um, nas quais constam que eles possuem em comum a dificuldade de socialização, interação, adaptação, 3 deles possuem intolerância a som alto, quase todos possuem agitação comportamental e dificuldade de concentração, principalmente em ambientes muito abertos e movimentados. Analisando a ficha dos alunos foi possível observar que os mesmos são inquietos, dispersos e não demonstram interesse pelas atividades. Isso vem acarretando problemas que geram indisciplina, afetando o bom andamento das atividades e consequentemente o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Segundo ela, seguindo as características desses alunos, a escola está se preocupando em promover, formações sobre o tema “Educação Especial” com seu corpo docente a fim de melhor prepará-los com metodologias, recursos e suportes que possam melhor atender as peculiaridades de cada aluno. Além das formações, também foram

realizadas reuniões periódicas entre os professores, coordenadores e equipe da sala de AEE para pensarem práticas e metodologias colaborativas que possam auxiliar na prática pedagógica.

Quanto à unidade escolar, ela afirmou que esta instituição conta com uma sala uma sala de Recursos Multifuncionais que faz o atendimento de alunos com variados tipos de necessidades educacionais especiais, alunos com déficit de atenção, dislexia, baixa visão, um aluno surdo e uma aluna com Síndrome de Down, preparando-se também atualmente para inclusive atender os alunos autistas. Os profissionais que atuam nesta sala fazem o atendimento no contraturno, conta com duas professoras na sala do AEE, uma psicopedagoga e uma assistente Social.

Segundo relatos da diretora também, a escola esta tendo um pouco de dificuldades em adquirir profissionais especializados para compor a equipe multifuncional, para fazer um acompanhamento mais especializado e específico para esses alunos, principalmente o fonoaudiólogo, e interprete de libras, aguarda também a contratação de mais professores de apoio que irão atender os novos alunos, disse que já solicitou junto ao poder público, mas que esses profissionais ainda não foi apresentados, ela acredita que a dificuldade principal deve-se ao fato à localização da escola, “muitos profissionais encaram trabalhar nas escolas periféricas, muitas vezes devido ao difícil acesso”.

Baseado nas observações e relatos contidos no questionários realizados com 6 dos futuros professores das salas regulares desses 10 alunos com TEA, ambos mostraram-se estar empenhados nas pesquisas pessoais sobre a educação especial, sobre informações mais aprofundadas sobre o transtorno do aspecto autista, 4 dos professores entrevistados estão participando de um curso de Pós graduação em Educação Inclusiva, com formação na modalidade EAD, buscando se apropriar melhor sobre essa temática e obter maiores conhecimentos nessa área para compreender e ter maiores embasamentos teóricos no planejamento das suas ações com seus alunos. Ambos os professores entrevistados, relataram estar sim preocupados em não saber lidar com algumas situações inerentes ao aspecto autista, mas que irão se empenhar em dar seu melhor para que estes jovens se sintam acolhidos, contam

com o auxílio do professor de apoio para que seus alunos tenham uma educação de qualidade, oferecendo a todas as crianças com TEA uma escola comprometida com o processo de inclusão, eliminando possíveis barreiras e oferecendo diferentes formas de aprender e conviver.

Quando perguntados sobre como pretendem trabalhar as necessidades e habilidades individuais de cada um dos 10 novos alunos, todos os professores responderam que estão participando de formações na escola, na qual colocaram como uma das prioridades, a construção bimestral de um plano educacional individualizado de cada aluno (PEI), para a construção desses planos, estão realizando análises das fichas dos alunos, reuniões com seus responsáveis, uma espécie de anamnese com a família, colhendo informações sobre os alunos para melhor compreendê-los. Sobre essa prática metodológica MANTOAN afirma que “O docente tem por função elaborar um plano educacional especializado para cada estudante com o objetivo de diminuir as barreiras específicas de todos eles. O profissional maleável, capacitado, interessado em aprender é sempre bem-vindo” (MANTOAN, 2015, p. 33). A partir disso, pode-se afirmar que os professores estão indo na direção certa, pelas informações colhidas, ambos estão trabalhando em conjunto, de forma colaborativa, montando metodologias de ensino, de maneira a propor um ensino baseado na colaboração entre as diferentes disciplinas tais como o uso de aprendizagens baseadas em projetos, trabalhos de pesquisas de campo, utilização de mapas mentais e trabalhos que envolvam a interação em grupo, além da utilização, quando possível, de tecnologias assistivas que possam estimular e auxiliar no processo de ensino desses educandos, sempre respeitando suas particularidades.

Quando questionada sobre a inclusão desses alunos em sala comum regular, uma professora fez seu comentário enfatizando que está ciente de que apesar de todos os seus conhecimentos já adquiridos sobre inclusão e das informações que lhe foram apresentadas sobre seus futuros alunos com TEA, essa adaptação será um processo lento e gradativo, que não será fácil, pois muitos dos professores e a própria escola não está devidamente preparada para lidar com o autismo, com suas diferentes características e limitações, que o conhecimento e experiências para tal acontecerá através das vivências e à

medida que os conflitos forem sendo expostos, as soluções deverão surgir da mesma forma.

Outro professor salientou ainda, sobre a importância de uma constante formação continuada, pois, segundo ele, “ O professor precisa estar preparado de modo adequado, para saber lidar com as necessidades desses alunos, para isso, precisam das competências profissionais para contemplarem uma educação inclusiva de fato, para isso, se faz necessário um maior investimento na educação, em seus profissionais e na educação inclusiva”.

Na mesma linha de raciocínio, segundo Fumegalli (2012, p. 40), A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

Tendo os relatos citados acima como base para análise, e partido do objetivo proposto para esse trabalho, analisar através de um estudo de caso a situação de uma escola de periferia com eminência de receber em seu quadro docente 10 alunos com TEA nível 1 e, conseqüentemente, com necessidades educacionais especiais, há uma preocupação inicial em citar a importância da participação do professor a formações constantes relacionadas ao tema, para receber esse aluno com total segurança do seu dever, além de citar também a importância da organização estrutural e pedagógica da escola para tal finalidade. Pois, apesar de muito se falar e discutir sobre ela, ainda nos dias atuais, a inclusão é vista como um desafio, causando angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação. Porém, essas angústias percebemos estar mais amenas que em tempos passados, pelo fato de que, ao ser devidamente aceita pela escola, a inclusão já é uma realidade, percebe-se, através dos anos que se passaram, que já houve uma mudança perceptível de mentalidade e na concepção de ensino inclusivo. É importante salientar porém, que muita coisa

ainda precisa ser feita, nesse processo, é necessário que não somente o professor se empenhe e arregace as mangas em busca de atualizações metodológicas e inovadoras, toda comunidade escolar deve se envolver e colaborar para uma real educação inclusiva, e para tanto, é necessário interesse também do poder público em investimento em políticas públicas, formações continuadas e valorização do profissional de educação. Somente assim, a escola exercerá a sua total capacidade de vivenciar uma educação sem segregação, promovendo e/ou potencializando as habilidades de todos os seus alunos, com deficiências ou não, e sendo também uma das principais ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Portanto, a escola de hoje deve considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção, ser um espaço verdadeiramente inclusivo, em toda a sua totalidade.

Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar:** Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.

BRASIL. Constituição federal. 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Lei nº 9.394/96.

BRASIL. MEC. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.

DUTRA, Claudia Pereira et al. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, jan. 2008.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. *Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?* Ijuí, 2012.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015, 95p.